

CARTA-CIRCULAR Nº 65/2005

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2005

Ref.: BNDES AUTOMÁTICO

Ass.: Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica – PROFARMA - Produção

O Superintendente da Área de Operações Indiretas, no uso de suas atribuições, COMUNICA aos AGENTES FINANCEIROS a alteração dos itens: Objetivo (item 1), Itens Financiáveis (item 3), Taxa de Juros (item 4.1), Prazos (item 4.3), Garantias (item 5), Sistemática Operacional (item 6), Contratação (item 7), Análise (item 8) e Vigência (item 10) do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica – PROFARMA – Produção.

A seguir são definidos os critérios, condições e procedimentos operacionais a serem observados no PROFARMA – Produção.

1. OBJETIVO

- 1.1. Incentivar o aumento, de forma competitiva, da produção de medicamentos para uso humano e seus insumos no país;
- 1.2. Apoiar os investimentos das empresas para adequação às exigências do órgão regulatório nacional, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), colaborando para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- 1.3. Contribuir para a redução do déficit comercial da cadeia produtiva farmacêutica.

2. BENEFICIÁRIAS

Poderão ser beneficiadas com o apoio financeiro neste Programa, dentre as empresas caracterizadas a seguir, aquelas pertencentes à cadeia produtiva farmacêutica (intermediários químicos e extratos vegetais, farmaquímicos e medicamentos de uso humano, bem como atividades correlatas inseridas na cadeia produtiva e restritas à saúde humana), enquadradas nos itens D24511, D24546, D24520, D33103 e D33405, respeitado o objetivo do Programa, da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE:

- 2.1. Pessoas jurídicas de Direito Privado, sediadas no País, cujo controle efetivo seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou grupo de pessoas físicas, domiciliadas e residentes no País, e nas quais o poder de decisão esteja

assegurado, em instância final, à maioria do capital votante representado pela participação societária nacional;

- 2.2. Pessoas jurídicas de Direito Público interno ou Entidades direta ou indiretamente por elas controladas;
- 2.3. Pessoas jurídicas de Direito Privado, sediadas no País, cujo controle efetivo seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior.

3. ITENS FINANCIÁVEIS

Poderão ser financiados em projetos de investimento, no âmbito deste Programa, os seguintes itens:

- 3.1. Implantação, expansão e/ou modernização de capacidade produtiva;
- 3.2. Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais novos constantes do Credenciamento de Fabricantes Informatizado – CFI do BNDES;
- 3.3. Aquisição de equipamentos importados novos que não apresentem similar nacional, observado o disposto no item 6.2;
- 3.4. Despesas de internalização de equipamentos importados, desde que não impliquem em remessa de divisas, mesmo que a importação não tenha sido financiada pelo BNDES;
- 3.5. Gastos de capacitação gerencial e treinamento;
- 3.6. Aquisição de softwares produzidos no país;
- 3.7. Aquisição externa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), exceto de empresas que integrem o mesmo grupo econômico a que a Beneficiária pertença;
- 3.8. Despesas pré-operacionais;
- 3.9. Capital de giro associado ao projeto de investimento, respeitados os limites da Linha BNDES AUTOMÁTICO;
- 3.10. Adequação aos padrões regulatórios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo despesas com testes de bioequivalência, biodisponibilidade e aquelas relacionadas ao registro de medicamentos, para produtos já comercializados pela empresa;

3.11. Despesas relacionadas à certificação internacional da empresa, de seus produtos, ou processos, bem como de registro em outros países de seus produtos já comercializados.

Os itens 3.1 e 3.10 podem ser caracterizados, isoladamente, como projeto de investimento.

4. CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

Nos financiamentos concedidos no PROFARMA - Produção, deverão ser seguidas as condições estabelecidas nos itens 4.1 a 4.4.

Foi atribuído o código "PROFARMA2005/11" para representar a Condição Operacional Vigente para o referido Programa definida neste item.

4.1. Taxa de Juros:

Somatório de Custo Financeiro, Remuneração do BNDES e Remuneração do Agente.

4.1.1. Custo Financeiro:

Nas operações realizadas neste Programa, serão admitidos os seguintes tipos de Custo Financeiro:

4.1.1.1. Variação da UMBNDES - unidade monetária do BNDES, acrescida dos encargos da Cesta de Moedas (Resolução nº 635/87, de 03.01.1987), nos seguintes casos:

- a)** Operações realizadas com empresas brasileiras sob controle de capital estrangeiro que exerçam atividade econômica **não** especificada no Decreto nº 2.233, de 23.05.1997; e
- b)** Independentemente da Beneficiária, na aquisição de equipamentos importados novos que não apresentem similar nacional, conforme disposto no item 3.3.

4.1.1.2. Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP: nas demais operações.

4.1.2. Remuneração do BNDES:

- a) Micro, Pequena e Média Empresa: 1% a.a. (um por cento ao ano);
- b) Grande Empresa: 2,5% a.a. (dois e meio por cento ao ano).

Independentemente do porte da Beneficiária, nas operações de financiamento à aquisição de equipamentos importados novos que não apresentem similar nacional, nos termos do item 3.3, a Remuneração do BNDES será de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano).

4.1.3. Remuneração do Agente: A ser negociada entre o Agente Financeiro e a Beneficiária.

4.2. Nível de Participação: até 90% (noventa por cento) dos itens financiáveis.

4.3. Prazos:

O prazo total das operações será de até 120 (cento e vinte) meses, aí incluído o prazo de carência de até 36 (trinta e seis) meses.

Os prazos de carência e total de cada operação serão definidos pelo Agente Financeiro em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da Beneficiária ou do grupo econômico ao qual pertença, observados os prazos máximos acima estabelecidos.

O prazo de carência, quando houver, deverá ser necessariamente múltiplo de 3 (três).

O prazo de carência deverá ser definido de forma tal que o término da carência ocorra no máximo até 6 (seis) meses após a data de entrada em operação comercial do empreendimento. Prazos superiores serão admissíveis, mediante justificativa, quando o prazo de maturação do projeto assim o exigir, desde que respeitados os prazos máximos acima definidos.

4.4. Periodicidade das Amortizações:

As amortizações terão periodicidade mensal. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente ao longo do período de amortização, juntamente com o principal da dívida.

5. GARANTIAS

Deverão ser respeitadas as diretrizes definidas para a Linha BNDES AUTOMÁTICO.

Excepcionalmente, nas operações de valor igual ou inferior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), realizadas com empresas cuja Receita Operacional Bruta Anual ou Anualizada seja inferior ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), poderá ser dispensada a constituição de garantias reais, a critério do Agente Financeiro.

6. SISTEMÁTICA OPERACIONAL

A sistemática e os procedimentos operacionais obedecerão àqueles definidos para a Linha BNDES AUTOMÁTICO, observando-se que:

- 6.1.** No preenchimento da Ficha Resumo da Operação – FRO, o campo “Programa” da FRO deverá ser preenchido com “PROFARMA - Produção”.
- 6.2.** Nos financiamentos destinados à aquisição de equipamentos importados novos que não apresentem similar nacional, conforme disposto no item 3.3, a operação deverá ser encaminhada ao BNDES separadamente das operações relativas aos demais itens financiados do projeto, acompanhada de cópia da Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX publicada com o resultado da Análise de Inexistência de Similar Nacional.

7. CONTRATAÇÃO

Na contratação dos financiamentos, deverão ser inseridas as “Condições a serem observadas pelos Agentes Financeiros na contratação da operação com as Beneficiárias Finais (TJLP ou Cesta)” aplicáveis às operações no âmbito da Linha BNDES AUTOMÁTICO.

Deverão ser feitas as adaptações às particularidades deste Programa, sendo livre a inclusão de novas cláusulas, desde que não conflitem com as Normas Operacionais vigentes.

8. ANÁLISE

Os procedimentos de análise a serem seguidos são os usuais da Linha BNDES AUTOMÁTICO.

Deverá ser mantida uma cópia da Resolução especificada no item 6.2 no dossiê do Agente Financeiro.

9. DEMAIS ORIENTAÇÕES

Aplicam-se ao presente Programa todas as demais condições e procedimentos operacionais estabelecidos para a Linha BNDES AUTOMÁTICO.

10. VIGÊNCIA

Esta Carta-Circular aplica-se às operações protocoladas no BNDES para aprovação/homologação a partir de 14.11.2005.

Os pedidos de financiamento no âmbito do PROFARMA – Produção poderão ser protocolados para aprovação/homologação, no BNDES, até o dia 31.12.2007.

Fica revogada a Carta-Circular nº 22/2005, de 16.05.2005.

José Roberto Leal Ferreira Fiorêncio
Superintendente
Área de Operações Indiretas
BNDES